

Ofício Nº 15/2024

A.DIRECÇÃO/Lisboa, 26-04-2024

Assunto: **Contrato de cooperação entre a CCDR-LVT e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa**

O Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia (STARQ) tomou conhecimento da assinatura de um contrato de cooperação entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (CCDR- LVT, I.P.) e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), no qual a FLUL passa a desempenhar funções que a Lei consagra ao Estado, através dos organismos tutelares do setor da Arqueologia. A concretização deste contrato representará um enorme golpe, acentuando o desmantelamento e o enfraquecimento do Estado e da sua obrigação de gestão da atividade arqueológica.

Os processos de terceirização das competências do Estado de proteção, salvaguarda, valorização e divulgação do Património Arqueológico parecem culminar agora na própria transferência de competências acometidas pela Lei diretamente a organismos tutelares para instituições externas.

Acresce que é do conhecimento público que este acontecimento decorre da falta de recursos humanos especializados na CCDR-LVT, nomeadamente arqueólogos. Ao invés de prover os seus mapas de pessoal com o número adequado de arqueólogos, contratados em funções públicas, para o exercício das competências que a Lei lhe atribui, verifica-se o recurso a expedientes de legalidade e ética de serviço público, no mínimo, muito discutíveis. O caminho que a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, através do Centro de Arqueologia (UNIARQ), e a CCDR-LVT estão a trilhar aprofunda a precariedade, que já é tão grande e destrutiva para os trabalhadores de Arqueologia e para o Património.

A reestruturação do setor do Património Cultural implementada sem que fosse acautelada a transferência de meios, recursos e quadros teve como resultado a desorganização da tutela da Arqueologia, numa reafecção de recursos feita sem qualquer ponderação ou planeamento pelo Ministério da Cultura e seus dirigentes. No caso concreto da região de Lisboa e Vale do Tejo, a falta de trabalhadores tornou-se ainda mais dramática, no território onde a atividade arqueológica é mais intensa e complexa.

Uma real e urgente política de valorização do Património Arqueológico deveria passar pela contratação de trabalhadores em funções públicas, de forma a garantir a missão do Estado e estas funções que também são de soberania, protegendo o Património e assegurando o trabalho com direitos. O STARQ denuncia há anos a ausência destes processos de recrutamento, que tem como consequência um envelhecimento dos quadros do Estado e, em última instância, o colapso das instituições públicas e a destruição do Património Cultural que a todos pertence.

Assim, reiteramos que a desresponsabilização do Estado não é uma solução para os problemas que afligem o Património Arqueológico, ainda mais quando pode gerar conflitos de interesse. A

precariedade não pode ser o único caminho para quem dedique a sua vida a proteger os testemunhos que herdamos de gerações distantes e que também pertencem a gerações futuras.

Exigimos uma política para a Cultura, na qual o Património Arqueológico se inscreve. Exigimos o trabalho com direitos. Exigimos o investimento no Património Cultural. É necessário que o contrato de cooperação em causa seja conhecido publicamente. É urgente que cesse a transferência de competências de tutela, na gestão e fiscalização da atividade arqueológica, dos organismos competentes do Estado para entidades externas. É urgente a contratação de trabalhadores em funções públicas com vínculo permanente.

Atentamente

A Direção